
EDITORIAL

As Universidades Federais atravessam, novamente, um período de turbulência e incertezas quanto ao futuro; atividades são novamente paralisadas para chamar a atenção da sociedade. Pode-se creditar à insensibilidade do atual governo motivos para a deflagração da crise, mas atribuir a este toda a responsabilidade, como transparece em algumas análises, é simplificar em demasia a origem do problema.

Neste editorial argumentamos que algumas das motivações para esta crise são anteriores, com origens na dependência excessiva das universidades em relação a diretrizes do estado e na postura subserviente a valores culturais importados. As universidades brasileiras são de origem muito recente e muitas foram criadas sem maiores vínculos com questões culturais, científicas e técnicas, previamente discutidas com a sociedade. Esta origem artificial induziu a universidade pública brasileira a um distanciamento crônico dos agentes sociais e econômicos efetivos do país, atitude que a mantém paralisada e caudatária da(s) política(s) governamental(is). Durante o regime militar, a visão geopolítica ditada pela guerra fria, pela desconfiança em relação a países vizinhos e, principalmente, por um projeto desenvolvimentista de cunho nitidamente nacionalista, favoreceu a adoção de programas e financiamentos que impulsionaram o crescimento das universidades existentes, a expansão da pós-graduação e possibilitando ainda a criação de novos centros universitários. A história dessa época registra a crítica de setores da população universitária às restrições impostas pelo governo militar à liberdade de expressão; registra também uma postura pendular com relação a políticas de desenvolvimento que foram propostas. Projetos onde parte da elite universitária foi excluída, a exemplo do acordo nuclear Brasil-Alemanha, motivaram protestos. Por outro lado, a reserva de mercado para informática, medida controversa, mas que acenava a grupos econômicos e universitários com oportunidades de financiamento, foi recebida com ufanismo. Os insucessos das medidas citadas acima são conhecidos. No caso da reserva de mercado para informática, o atraso provocado pela mesma condena hoje um número significativo de trabalhadores ao desemprego e de empresas à ineficiência competitiva. Desconhecemos, entretanto, a autocrítica pública dos setores universitários e empresariais que apoiaram esta medida. Com o fim do governo militar, os novos governantes introduziram modificações drásticas, divergentes até, nas propostas para o setor. Atualmente, a política de financiamento à pesquisa praticada pelo governo federal favorece a concentração de recursos em alguns laboratórios, podendo condenar grupos menores e emergentes ao desaparecimento. Observa-se nos centros universitários com maior liderança, e portanto beneficiários em potencial deste programa, a ausência de questionamentos quanto às possíveis conseqüências desta política. Estes exemplos ilustram a relação dúbia que existe entre grupos universitários e o poder, motivando suspeitas quanto a transações de postura crítica por benefícios imediatos.

E quanto ao relacionamento da universidade brasileira com o exterior? É inegável que o intercâmbio científico e cultural, quando praticado segundo parâmetros que resguardem independência e postura crítica, é um fator importante e fecundo para o desenvolvimento. Entretanto, vastos setores das universidades brasileiras não estão propensos a uma interação criativa com a sociedade. Recorrem periodicamente a fontes internacionais para definir objetivos para o trabalho intelectual, atitude que advoga como a postura correta para edificar a 'grande ciência'. Esquecem, ou talvez desconheçam, exemplos contrários e contundentes que a história da ciência proporciona: Clausius, Kelvin, Carnot, entre outros, criadores da termodinâmica, não estavam distantes das necessidades da indústria nascente, que precisava de máquinas para progredir; James C. Maxwell ao pesquisar relações básicas do eletromagnetismo, não estava

distante dos desafios previstos para a comunicação, no império britânico em crescimento; ao pesquisar a termodinâmica de metais incandescentes, Max Planck não estava distante das necessidades da indústria metalúrgica alemã; no início do século, a pesquisa de Ernest Rutherford foi, em grande parte, financiada por exportadores ingleses, convencidos que estavam da potencialidade destes estudos para ampliar, a longo prazo, a competitividade de suas empresas. Outros exemplos, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, podem ser relacionados. Estes fatos mostram uma forte correlação entre definição de objetivos de pesquisa e contribuição para a evolução social. Logo, podem fornecer também uma sistemática para avaliar a importância do trabalho científico. Esta não é, entretanto, a prática corrente em nosso meio, pois o imediatismo da dependência cultural impõe outros critérios: importam-se objetivos e, com estes, parâmetros para avaliar 'qualidade'. No momento, a moda consiste em correlacionar importância do trabalho com 'número de citações', de preferência no exterior, 'índices de impacto', etc. Nos primórdios da colonização, trocava-se riquezas e força de trabalho por miçangas e objetos reluzentes. Comparando-se as atitudes do passado e atuais, pode-se suspeitar que 'índices de impacto' e 'números de citações' são as miçangas e objetos reluzentes que os novos 'colonizadores' oferecem. Outros exemplos da história são esclarecedores: no início deste século, quando a ciência nos EUA caminhava a passos largos para o crescimento, seus pioneiros certamente sabiam que os 'índices de impacto' pertenciam às revistas científicas européias. Isto não provocou resistência cultural contrária à criação de canais de comunicação próprios. A análise dos fatores subjacentes ao desenvolvimento da ciência naquele país mostra a fecundidade da definição de objetivos, em consonância com necessidades culturais e sócio-econômicas. Evidencia a sensibilidade de centros universitários que, ao longo de sua história, fortaleceram-se porque souberam interpretar corretamente as necessidades de seu tempo. Em nossa interpretação, a montagem da estratégia de desenvolvimento adequada foi possível porque havia uma grande diferença de postura: o objetivo maior daqueles pioneiros era buscar e divulgar conhecimentos para edificar uma nação, e não para alcançar o sucesso de grupos ou carreiras individuais.

Atravessamos, atualmente, um período onde transformações econômicas e geopolíticas impõem novos paradigmas para o crescimento das nações, com implicações dramáticas sobre a formação de recursos humanos e a criação de novos conhecimentos. A universidade brasileira não pode perder novamente o bonde da história: é urgente que, criticando a si mesma, conquiste uma nova postura e estabeleça vínculos com a sociedade que a mantém. Porém, para alcançar o reconhecimento social para a sua tarefa, é fundamental que a universidade, primeiro, reconheça internamente os seus valores: não é mais possível tolerar a imposição de isonomias artificiais, que ignoram totalmente os esforços daqueles que trabalham para superar limitações; é fundamental que retóricas do tipo, 'ensino para todos', etc., sejam substituídas por ações concretas para atingir qualidade, para estancar índices escandalosos de evasão discente, de reprovações em massa, entre outras mazelas. Para iniciar esta metamorfose, a universidade precisa estreitar seus laços com a sociedade. Talvez um bom começo seja compreender a mensagem de outros brasileiros que, exercendo criatividade sem perda de origens, conquistaram aqui e no exterior, o reconhecimento: "aqui vive um povo que cultiva qualidade, ser mais sábio que quem o quer governar".*

Luiz Carlos Gomide Freitas - UFSCar

*Trecho da música 'Notícias do Brasil' de Milton Nascimento e Fernando Brandt.